

<https://t.me/pdfdobrasil>

# Crusoe

181

www.crusoe.com.br - 15.10.2021



## O MERCADÃO DAS EMENDAS

UMA INVESTIGAÇÃO EM CURSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL MIRA  
CONGRESSISTAS QUE ESTÃO, LITERALMENTE, VENDENDO AS EMENDAS LIBERADAS  
PELO GOVERNO. CRUSOE MAPEOU ALGUNS DOS CASOS SOB APURAÇÃO

por PATRIK CAMPOREZ



Anões do Orçamento em versão 2.0: o deputado Josimar de Maranhãozinho é a estrela da investigação

## O mercado das emendas

Uma investigação em curso no Supremo Tribunal Federal mira congressistas que estão, literalmente, vendendo as emendas liberadas pelo governo. Crusoé mapeou alguns dos casos sob apuração

15.10.21



PATRIK CAMPOREZ

Corre em sigilo no Supremo Tribunal Federal uma investigação que joga luz sobre uma modalidade nova, para não dizer criativa, de corrupção. Segundo as apurações preliminares, pelo menos três deputados e um senador são suspeitos de participar de um esquema de *“compra e venda”* de emendas parlamentares no Congresso. O esquema funcionaria da seguinte forma: o parlamentar paga uma

espécie de *“pedágio”* para que seus pares destinem suas emendas para os municípios que ele controla. Quando o dinheiro chega na ponta, ou seja, na prefeitura, ele é desviado por meio de contratos fictícios para empresas ligadas ao político comprador das emendas. E assim a roda gira para que polpudas verbas públicas parem nos bolsos tanto do parlamentar vendedor quanto do que adquiriu as emendas e, ao mesmo tempo, retroalimentem a engrenagem da corrupção. As verbas negociadas fazem parte do orçamento secreto, abastecido pela emenda de relator criada pelo governo para compra de apoio político. Mas não só. São obtidas também por meio das tradicionais emendas impositivas, às quais todos os congressistas têm direito, e do *“pix orçamentário”*, uma modalidade em que o dinheiro cai direto na conta das prefeituras a partir da indicação de aliados.

**Um dos parlamentares investigados é Josimar Maranhãozinho, do PL do Maranhão.** Investigações do Ministério Público e da Polícia Federal mostram que, logo depois de chegar nas prefeituras indicadas por ele, **o dinheiro das emendas é repassado a empresas de fachada pertencentes ao grupo político do deputado.** Na sequência, o dinheiro é transferido para a Construtora Madry, uma empresa que está em nome do próprio Maranhãozinho e de sua irmã, Irismar Cunha Rodrigues, também investigada. O caminho do recurso – desde a saída do Orçamento da União até as empresas do deputado do PL e de seus aliados – está registrado em relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeira, o Coaf, em poder dos investigadores. **A Madry é o que o MP e a PF chamam de *“companhia-sol”*. É como se fosse a *“holding da propina”*.** A empresa é a destinatária final da verba desviada por outras dez firmas satélites vinculadas ao grupo. Da Madry, o dinheiro é redistribuído para contas do próprio político e de seus parceiros. Em uma operação de busca e apreensão recente, a PF encontrou carros vinculados à Madry na casa de

Maranhãozinho, além de diversos cheques em branco também em nome da empresa.

De todos os recursos federais manejados pelo deputado maranhense – tanto os provenientes de emendas dele próprio quanto os que vêm de emendas de outros parlamentares que topam negociar as suas em troca da devolução, por fora, de uma parte do dinheiro –, a Madry é quem domina os contratos da área da construção. Outra firma do deputado, a Águia Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda, é usada quando estão em jogo recursos de emendas da área da saúde, segundo as investigações. A Águia tem como sócios dois assessores de Maranhãozinho.

*Marcos Oliveira/Agência  
Senado*



*O líder*

*do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes, chancelou 30 milhões de reais que foram parar nas empresas do esquema*

Para facilitar a fraude, ainda de acordo com a apuração, o deputado indicaria até os pregoeiros – responsáveis pela condução das licitações dirigidas – das prefeituras aliadas. Há

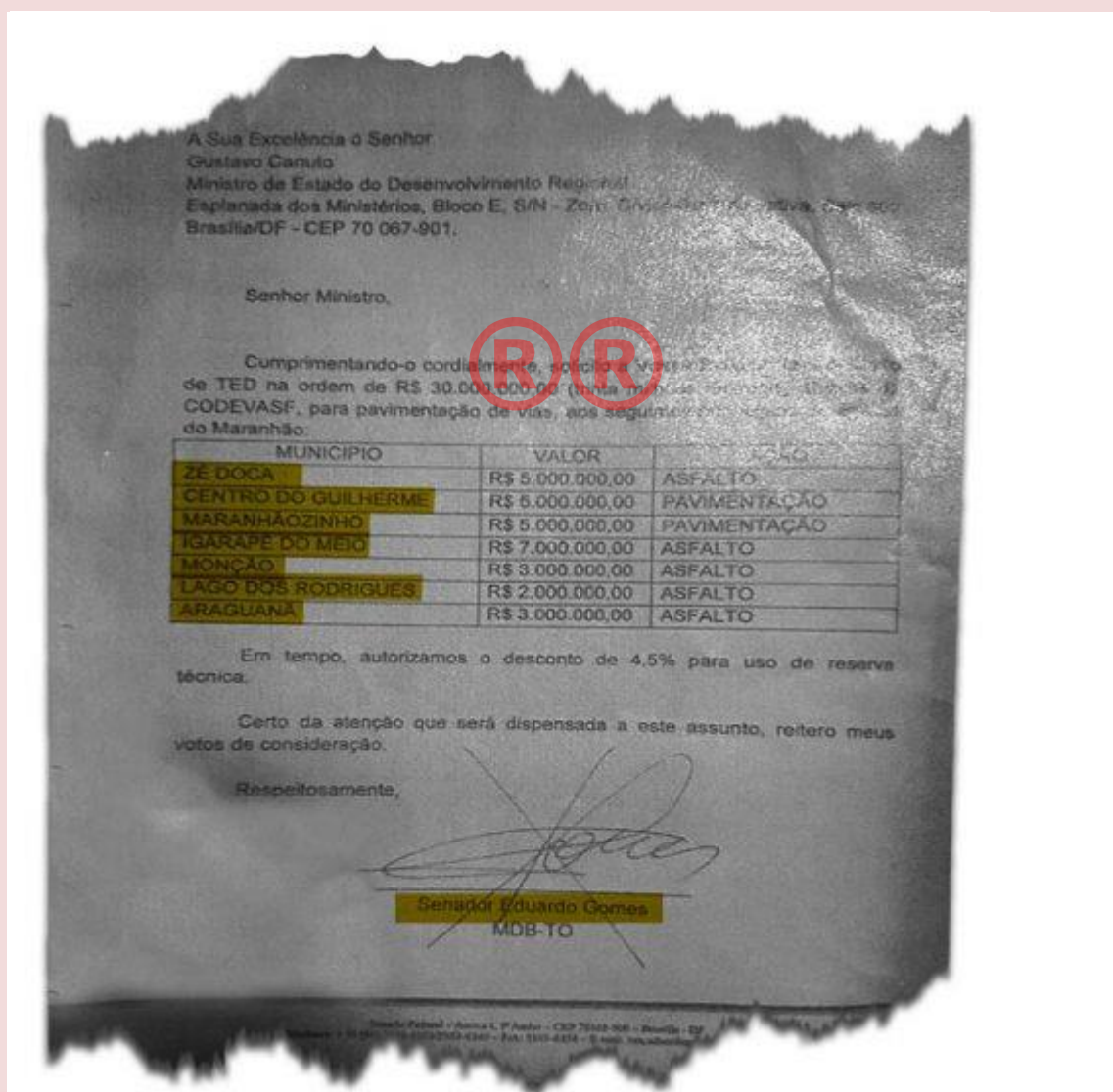


casos em que o mesmo pregoeiro atuou em quatro municípios diferentes. **Segundo os investigadores, os desvios chegariam a mais de 160 milhões de reais.** A declaração de bens do deputado ao Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, é apenas um recorte dessa farra com dinheiro público. Em apenas quatro anos, o patrimônio do deputado sextuplicou. Entre 2016 e 2020, saltou de 2 milhões para 12 milhões de reais. *“Sabemos que o patrimônio não declarado é infinitamente maior. As casas do Maranhãozinho e seu grupo são palacetes. Eles têm carros de luxo, barcos e esbanjam dinheiro”*, afirma um investigador.

O parlamentar, que virou um dos mercadores do dinheiro federal logo no primeiro ano de mandato da Câmara, em 2019, foi deputado estadual entre 2015 e 2018. Segundo o MP, as empresas usadas para desviar recursos foram criadas já nos tempos em que Maranhãozinho reinava na política local. Quando ele entrou na política nacional, em 2019, já contava com uma estrutura montada no Maranhão para captar e manejar os recursos públicos. **Quem o conhece de perto diz que, à boca miúda, ele se gaba de ter o controle de mais de 60 prefeituras no estado** – é justamente para onde ele costuma enviar os recursos de modo a ter controle sobre a maneira como serão gastos. O modelo tem se mostrado eficiente até hoje. Tanto é que o esquema persiste.

O caso é produto direto do fisiologismo escancarado em que se transformou a relação do Planalto com o Congresso, de quem Jair Bolsonaro é cada vez mais refém. Recentemente, o presidente tentou lavar as mãos, dizendo que, se há algum esquema, não é problema dele. *“Se tiver roubalheira no meu governo, num ministério qualquer, porque pode haver... Se não se sabe o que acontece por lá, pode haver. Se Deus quiser, não vai ter. São mais de 20 mil obras, muitos convênios com municípios. Pode acontecer algo de errado? Pode. Pode*

*acontecer algo de errado no ministério lá do Tarcísio (Gomes de Freitas), no DNIT? Pode haver, porque ele faz obras no Brasil todo. Pode, na ponta da linha, alguém fazer uma coisa esquisita”, disse. É um sofisma. Na prática, ao terceirizar para os congressistas a atribuição de gerir o orçamento, o governo abre caminho para que seus aliados façam o que bem entendam com os recursos públicos. É uma espécie de terceirização da corrupção, a partir da ideia de que, se o roubo ocorre lá na ponta, longe de Brasília, o governo federal não é mais responsável. Não é bem assim, evidentemente.*



*o  
ofício em que Eduardo Gomes, do Tocantins, destina as verbas para sete municípios maranhenses sob influência do deputado Maranhãozinho*

No esquema operado por Maranhãozinho – e que, neste momento, tem sob a mira do Ministério Público Federal pelo menos outros três parlamentares – há digitais visíveis do Palácio do Planalto. É que, **para virar um mercador de emendas, o deputado contou com a ajuda expressa da Secretaria de Governo.** Era de lá que saía o aval para a destinação de recursos que, liberados para o próprio deputado e para outros parlamentares que topavam a parceria, acabavam nas prefeituras controladas por ele e, depois, nas empresas do esquema. **Somente no ano de 2019, técnicos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, a Codevasf, controlada pelo Centrão e campeã da destinação de verbas do orçamento paralelo, identificaram 22 pedidos de empenho, totalizando 75 milhões de reais, feitos por parlamentares de outros estados, em nome de Josimar de Maranhãozinho.**

No Congresso, o deputado encontrou outro aliado de peso, também ligado ao Planalto: o líder do governo Eduardo Gomes, do MDB do Tocantins. Documentos obtidos por **Crusoé** mostram que a dupla mandou mais de 100 milhões de reais para seis municípios do Maranhão ainda no ano de 2019. A parceria está explícita em um documento interno do Ministério do Desenvolvimento Regional. No dia 16 de outubro de 2019, **Eduardo Gomes mandou um ofício para o então ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, solicitando que a pasta empenhasse 30 milhões de reais para cidades maranhenses administradas por políticos ligados a Maranhãozinho, que faziam parte do esquema de desvio de recursos por meio das empresas de fachada.**

O documento, assinado pelo líder do governo, detalhava o valor exato que deveria ser aplicado em cada município. Ao perceber que havia algo de estranho na papelada, técnicos do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional

seguraram a liberação do dinheiro. Inconformados com a demora, Maranhãozinho e Eduardo Gomes foram juntos ao gabinete do ministro, para pressionar pela liberação da verba, que acabou ocorrendo em 27 de dezembro daquele ano. Para despistar os órgãos de controle, o dinheiro passou primeiro pela Codevasf, antes de cair nos cofres das prefeituras indicadas pela dupla.

Ao chegar nos cofres municipais, os recursos seguiram o modus operandi tradicional do esquema. Foram usados para pagar as mesmas empresas satélites que, em relatórios do Coaf, aparecem enviando dinheiro para a Construtora Madry, do próprio Maranhãozinho. Para o município maranhense de Zé Doca, Eduardo Gomes mandou empenhar 5 milhões de reais. A ordem de pagamento aparece registrada no sistema do governo federal, com a observação "*indicação de Maranhãozinho*". O próprio deputado acrescentou aos 5 milhões empenhados por Gomes outros 19 milhões de reais, em 30 de dezembro de 2019. A verba também saiu do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional. Desse total, 12 milhões de reais irrigaram o caixa da Atos Engenharia, firma que, segundo os relatórios do Coaf, enviava dinheiro para a Madry, a "*companhia-sol*" de Maranhãozinho. Segundo a investigação, outras duas empresas que receberam juntas 26,6 milhões de reais do município, a Terraplan e a Tencol Terra Nova, também abasteciam a holding do deputado. A responsável direta pelos contratos com as três companhias era ninguém menos que a irmã de Maranhãozinho, Irismar Cunha Rodrigues, chefe de gabinete da prefeitura. A parceria entre o líder do governo e o deputado do Maranhão seguiu o mesmo padrão em outros cinco municípios do estado.

*Nelson*

*Jr./SCO/STF*





*Lewandowski é o relator da investigação que corre em sigilo no STF*



Nessa versão repaginada do **escândalo dos Anões do Orçamento**, apelido dado aos parlamentares do baixo clero que, nos anos 1990, foram investigados e punidos por realizarem fraudes orçamentárias em troca de propinas, há também casos de parlamentares que, ainda que não tenham comercializado emendas, reproduziram o esquema de enviar dinheiro para prefeituras amigas que desviavam recursos para suas empresas particulares. Integrantes da bancada do Maranhão, eles contavam com a influência de Maranhãozinho sobre setores estratégicos do governo federal para conseguir liberar o dinheiro.

Ao ajudar os deputados aliados a amealhar recursos do orçamento federal, Maranhãozinho tenta repetir uma prática adotada por Eduardo Cunha, ex-todo-poderoso da Câmara, que tinha uma bancada no Congresso para chamar de sua. Um dos parlamentares do grupo é Júnior Lourenço, do PL,

que recebeu do Ministério do Desenvolvimento Regional a cota de 13 milhões de reais, em dezembro de 2020, graças ao trabalho de bastidor de Maranhãozinho junto ao MDR. Desse valor, 3 milhões de reais foram parar na prefeitura de Miranda do Norte, que é comandada por sua mãe, Angelica Maria Sousa Bonfim, do mesmo partido. Uma operação do Ministério Público local, batizada de *“Laços de família”*, concluiu que Lourenço, que foi prefeito da cidade até 2016, pôs o pregoeiro da prefeitura para criar as empresas de fachada que receberiam o dinheiro desviado por meio de contratos fictícios.

De 2018 para cá, as mesmas firmas seguem fechando contratos com a prefeitura de Miranda do Norte. Entre as companhias mais beneficiadas com a verba federal está a Souza Vieira Construções e Serviços, que, segundo o MP local, participava ativamente das fraudes em licitações. Outro parlamentar que tem colocado dinheiro em prefeituras administradas por familiares – e que, coincidência ou não, também faz parte do grupo político de Maranhãozinho – é o deputado Pedro Lucas Fernandes, do PTB. **Nas negociações para a eleição de Arthur Lira à presidência da Câmara, Fernandes levou sozinho 25 milhões de reais e distribuiu a verba para municípios aliados.** Desse total, 4 milhões de reais foram para a cidade de Arame, da qual o seu pai, Pedro Fernandes, também do PTB, é o prefeito.

*Pedro*

*Ladeira/Folhapress*



*O ministro Luiz Eduardo Ramos: uma parte dos recursos foi liberada quando ele era o chefe da Secretaria de Governo*

Quem chamou a atenção para o escândalo da compra e venda de emendas pela primeira vez foi o ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário. Em audiência na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, no último dia 7, o ministro afirmou, sem citar nominalmente os parlamentares, que o órgão vem se empenhando para investigar o assunto. *“Sobre vendas de emendas, nós estamos investigando vários casos. Claro, estão todos em sigilo porque já fazemos esse trabalho em convênios, em geral. Estamos com trabalho bastante forte nisso aí, em parceria com a Polícia Federal”*, afirmou. Na Polícia Federal, os casos estão sendo investigados pelo Serviço de Inquéritos Especiais, o Sinq. A Procuradoria-Geral da República acompanha. No STF, o relator dos inquéritos é o ministro Ricardo Lewandowski. Nos autos há imagens do deputado Maranhãozinho recebendo dinheiro. A PF tem partido de relatórios da CGU para esmiuçar as denúncias de desvios de recursos públicos. Em breve devem ser deflagradas novas operações.

Procurado por **Crusoé**, o senador Eduardo Gomes afirmou que, como relator setorial do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional no ano de 2019, encaminhou recursos via Codevasf a pelo menos seis estados. Sobre o ofício pedindo a liberação dos 30 milhões de reais que depois foram parar nas empresas que estão agora no centro da investigação sobre o mercado de emendas, ele diz que o documento foi elaborado só para atender a uma solicitação do deputado. *“Eu não posso responder pelo Maranhãozinho”*, alega. Sobre a reunião com o então ministro Gustavo Canuto para pressionar pela liberação da verba, o senador justifica: *“Eu estive com o Maranhãozinho e com vários parlamentares que foram atendidos pela liderança do governo. Não foi só com ele”*. Eduardo Gomes ainda diz ter conhecimento de que a Polícia Federal fez operações nos municípios que receberam os recursos, mas argumenta que auditorias feitas pela Codevasf não encontraram irregularidades. A companhia, por sua vez, preferiu se eximir de responsabilidade. Em nota, afirmou que *“decisões sobre a responsabilidade das indicações de recursos descentralizados à Codevasf são externas à companhia”*.

Indagado sobre as razões pelas quais as verbas iam parar nas suas empresas, o deputado Josimar de Maranhãozinho disse que *“todos esses recursos foram destinados às prefeituras de forma legalmente constituída no orçamento da União”*. *“Caso haja depósitos efetuados, estes são no âmbito privado, todos devidamente comprovados mediante contratos entre as empresas privadas envolvidas e emissão de notas fiscais de aquisição de produtos ou bens, bem como dos serviços prestados e pagos”*, prosseguiu, tentando explicar o caminho do dinheiro.

Em breve, o Congresso Nacional terá que decidir o que fazer com os novos anões.





Não há registro, na história recente, de uma indicação presidencial para o STF ser esnobada tão flagrantemente pelo Senado

## Sintoma de fraqueza extrema

O impasse em torno da indicação de André Mendonça ao STF revela um presidente cada vez mais refém dos blocos fisiológicos que o sustentam – agora, a disputa é travada entre o Centrão e os evangélicos

15.10.21



SÉRGIO PARDELLAS

Não é a primeira vez que Jair Bolsonaro sente os efeitos da completa rendição do governo à miríade de interesses dos blocos fisiológicos que o sustentam. Mas, certamente, o que tem acontecido nos últimos dias e ainda deve se arrastar pelos próximos é a face mais visível dessa condição de refém de um presidente que topou pagar um preço alto para permanecer agarrado à cadeira até o fim do mandato.

Nesta sexta-feira, 15, a indicação do ex-chefe da Advocacia-Geral da União André Mendonça para o Supremo Tribunal

Federal completa 93 dias. O processo, ainda pendente da quase sempre protocolar sabatina pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, tem se tornado um duplo e quase inédito constrangimento. Para o governo – e para o presidente, em particular –, por escancarar a completa incapacidade de mobilizar sua base de apoio para aprovar o nome de Mendonça. Para o próprio indicado, pela vergonha: temendo ser rejeitado, ele transformou a ascensão à vaga em uma comovente saga pessoal, [exposta em sermões em igrejas de Brasília, como mostrou Crusoé em reportagem recente](#).

A tibieza deixou o presidente em uma encruzilhada. Entre os grupos antagônicos que se digladiam em torno da cadeira no Supremo, estão dois pilares fundamentais de sustentação do governo: o Centrão e as lideranças evangélicas. Os expoentes do Centrão, experts em criar dificuldades para obter facilidades em todo e qualquer governo, argumentam agora nos bastidores que o *“nosso Kassio”* – Kassio Marques, o primeiro indicado de Bolsonaro para a corte – nunca foi *“deles”*. O ministro do STF, conforme essas mesmas vozes, *“apenas”* foi chancelado pelo bloco, depois de ser escolhido por um consórcio composto por advogados ligados ao Planalto e pelo próprio filho 01 de Bolsonaro, [Flávio Bolsonaro](#). Por esse raciocínio, agora seria a hora de, finalmente, emplacar um ministro com o *“verdadeiro DNA do Centrão”*.

Do outro lado da trincheira, os evangélicos cobram o que chamam de *“promessa de campanha de Bolsonaro”*, qual seja, a de elevar ao Supremo um ministro *“terrivelmente evangélico”*. A palavra teria sido empenhada, mais uma vez, em reunião há duas semanas no Palácio do Planalto, com a presença de quinze das mais importantes lideranças da corrente religiosa.

*Adriano  
Machado/Crusoé*



*André*

*Mendonça: entorno de Bolsonaro já joga a toalha, mas situação ainda está indefinida*

O busílis é que Bolsonaro precisa dos dois lados. Se desagradar ao Centrão, pode vir a amargar derrotas políticas não só no Congresso, mas também fora dele. O bloco fisiológico não forma apenas a principal bancada de apoio ao governo no Legislativo. Governo e Centrão, como o próprio presidente já confessou publicamente, se confundem. “*Eu sou Centrão*”, já disse. Uma das provas dessa irrefutável simbiose é que Ciro Nogueira virou ministro da Casa Civil. Arthur Lira, outro que está sempre de olho em cargos estratégicos na Esplanada, é hoje o dono da caneta capaz de desencadear o impeachment, e seu partido, o Progressistas, que vem a ser também o de Ciro e igualmente o do líder do governo na Câmara, [Ricardo Barros](#), é o que atualmente se encontra em negociações mais avançadas para oferecer abrigo ao presidente.

Só que arrumar confusão com os evangélicos significa empurrar cerca de 30% do eleitorado brasileiro para o colo do ex-presidente Lula, hoje principal adversário de Bolsonaro na corrida ao Planalto. Os pastores, por ora, seguem com o governo. Não há dúvidas de que há uma convergência entre as pautas do setor evangélico e as defendidas pelo bolsonarismo. Mas, assim como o Centrão um dia já foi Lula e PT, os evangélicos também já o foram, e não teriam o menor pudor em mudar de casaca, a depender das conveniências políticas de ocasião.

Cientes de que Bolsonaro se equilibra no fio da navalha, os atores envolvidos na disputa sobre o preenchimento da vaga em aberto no STF intensificaram as pressões durante a semana. Em pelo menos três jantares promovidos nas últimas duas semanas, **Ciro Nogueira, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, e a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda,** tramaram enfiar goela abaixo do presidente o nome do advogado **Alexandre Cordeiro Macedo,** hoje presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, como a melhor opção para o STF. Cordeiro cultivava amizade antiga com **Ciro Nogueira.** Sua irmã, **Sabá Cordeiro de Monteiro,** é chefe de gabinete do ministro. Antes, foi assessora parlamentar de **Ciro.** Alexandre Cordeiro Macedo só é presidente do Cade, órgão antitruste responsável por zelar pela livre concorrência, por obra e graça do atual chefe da Casa Civil.

Sentindo-se atropeladas, as lideranças evangélicas exibem os dentes. Embora Alexandre Cordeiro Macedo se apresente como evangélico, ele está muito distante de ser enquadrar no quesito *“terrivelmente evangélico”*, como prometeu Bolsonaro e agora exigem os pastores. Eles ainda acusam **Ciro Nogueira** de ter cruzado o sinal vermelho. **Crusoé** apurou que, antes mesmo de qualquer sinalização do Planalto, o chefe da Casa Civil submeteu o nome de **Cordeiro** a ministros do STF e



recebeu o aval de um deles, Gilmar Mendes. Foi o estopim para o pastor Silas Malafaia estrilar nas redes sociais. Em vídeo no YouTube, Malafaia disse que os ministros políticos do governo (numa referência direta a Ciro Nogueira, Flávia Arruda e Fábio Faria) *“são obrigados a defender a indicação do presidente Bolsonaro”*, sob pena de incorrerem em insubordinação.

*Alan*

*Santos/PR*



*pastor Silas Malafaia abriu guerra contra o Centrão*

Fábio Faria, o ministro das Comunicações, nega que tenha participado de convescotes destinados a cabalar apoio para o presidente do Cade, mas ao ser cobrado por uma liderança evangélica, em conversa recente sobre manifestações favoráveis à indicação de Mendonça ao STF, **disse que não o faria temendo *“desagradar a Aras”***, em referência ao procurador-geral da República, ainda terrivelmente candidato a ocupar a cadeira no Supremo, embora não deixe transparecer.

Com o veto ao presidente do Cade, o próprio Centrão passou a circular o nome de Marcos Pereira, presidente do Republicanos, como *“plano B”*. Também não deve colar. *“Marcos Pereira é terrivelmente Universal* (alusão à igreja que Pereira representa e da qual é bispo licenciado), *e não terrivelmente evangélico”*, diz um influente pastor que esteve recentemente com o presidente no Planalto. Os religiosos até aceitam um nome alternativo, desde que se encaixe no conceito original – ser *“terrivelmente evangélico”* virou mesmo uma exigência incontornável. Os pastores ainda veem chances na aprovação de André Mendonça, a despeito das dificuldades que se impõem. Nos últimos dias, eles apostavam entre uma conversa derradeira entre Bolsonaro e Davi Alcolumbre, presidente da CCJ do Senado, que segue relutando em marcar a sabatina.

Como já é público e notório, o senador do Amapá é hoje o principal opositor ao nome de André Mendonça no Congresso. Alcolumbre não esconde de ninguém que prefere Aras, e promete batalhar pelo nome do PGR até os instantes finais. Para o Planalto, a tática do senador de adiar a sabatina por todo esse tempo teve o objetivo de matar dois aspirantes à cadeira no STF numa tacada só: além do ex-AGU, [o presidente do STJ, Humberto Martins](#), candidato do coração de Flávio Bolsonaro, perdeu a vez porque a lei define 64 anos como a idade limite para a indicação à corte – Martins completou 65 anos no último dia 7.

É fato que Alcolumbre joga suas fichas na confusão. Para um parlamentar que sempre foi do baixo clero, jogar em time grande e na arena onde as principais decisões são tomadas aumenta consideravelmente seu cacife e seu poder de barganha. A aliados, durante a semana, ele insinuou se espelhar no caso do então presidente americano Barack Obama, que indicou à Suprema Corte o presidente do Tribunal de Recursos de Washington, Merrick Garland, para a vaga do

conservador Antonin Scalia. Como a bancada dos republicanos se recusou a sabatiná-lo, a indicação caducou e coube ao sucessor de Obama, Donald Trump, nomear o novo ministro. Raposas do Congresso acreditam, porém, que tudo não passa de jogo de cena para que, ao fim e ao cabo, o impasse leve o governo, os evangélicos e o Centrão a “ungirem” Aras para a vaga. Ou ajude Alcolumbre a receber algum regalo do Planalto.

*Adriano*

*Machado/Crusoé*



*Ciro*

*Nogueira, o insaciável, já tem um substituto na agulha*

Um diálogo amistoso entre o senador e Bolsonaro parece cada vez mais improvável. Em encontro com o filho 01, Flávio Bolsonaro, na segunda-feira 11, Alcolumbre mostrou-se bastante insatisfeito com o presidente. Disse que, ao contrário do que Bolsonaro andou falando, é o governo que lhe deve favores. “Não sou o filho da p. da história”, teria dito Alcolumbre. Empoderado por uma decisão do ministro Ricardo Lewandowski, que na mesma segunda-feira negou um

pedido para obrigar o Senado a marcar a sabatina de André Mendonça, o senador exigiu retratação de Bolsonaro. Como não há sinais de armistício, os senadores favoráveis ao nome de André Mendonça agora pressionam o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a realizar a sabatina diretamente no plenário da casa. Um dos argumentos é o de que a Constituição não exige que indicados ao STF passem necessariamente pelo crivo da CCJ. *“Se o presidente da República pedir, Pacheco executa”*, afirma um parlamentar. Pacheco, porém, dá sinais de que não pretende atropelar Alcolumbre.

Hoje, a margem tanto para aprovar quanto para rejeitar o nome de Mendonça está estreita. **No entorno de Bolsonaro reina o pessimismo. Há quem, entre seus interlocutores, já considere o ex-chefe da AGU uma carta fora do baralho. O sentimento de um auxiliar que esteve com o presidente nos últimos dias é o de que Bolsonaro está consciente de que Mendonça “já foi degolado pelo Senado”.**

Se consumada a derrota – a primeira desde 1894, no governo de Floriano Peixoto, quando cinco indicados ao STF foram reprovados pelo Senado –, o desafio de Bolsonaro será juntar os cacos e escolher um novo nome capaz de agradar a todos os envolvidos. Para um presidente sequestrado pelas conveniências dos grupos que garantem sua sobrevivência no cargo, é quase uma quimera.





Alexandre Ramagem e Augusto Heleno: gastos com operações de inteligência nas alturas

## Arapongas em festa

Na onda do desejo de Jair Bolsonaro de ter um sistema de inteligência eficiente a seu serviço, os órgãos oficiais registram investimentos recordes na área e se equipam com tecnologia de ponta que inclui até satélites de vigilância e software invasivos

15.10.21



FABIO LEITE



PATRIK CAMPOREZ

A obsessão de Jair Bolsonaro com o aparato de inteligência do governo ficou escancarada na fatídica [reunião ministerial de abril do ano passado](#), aquela mesma que levou à demissão do então ministro Sergio Moro, em meio à pressão do presidente para interferir na Polícia Federal. Naquele dia, Bolsonaro cobrou mais eficiência dos serviços oficiais de informações. Disse que eles deveriam municiá-lo, seguindo o padrão de

seu *“sistema particular de informações”*. A intenção estava clara. Enquanto Bolsonaro pedia mais empenho, uma parte do sistema já funcionava de acordo com as suas conveniências. A Agência Brasileira de Inteligência, vinculada ao gabinete presidencial e comandada por um fiel aliado, por exemplo, [movia-se para tentar livrar o senador Flávio Bolsonaro das acusações de desvio de dinheiro](#) na Assembleia Legislativa fluminense.

A ação em favor do filho 01 do presidente levou parlamentares a questionar no Supremo Tribunal Federal a atuação da chamada *“Abin paralela”*, como ficou conhecido o aparato informal montado nas franjas dos órgãos oficiais por auxiliares da confiança de Bolsonaro. Em resposta, a corte deu nas últimas semanas um duro recado contra o uso político dos serviços de informação do governo, que, como o leitor verá nesta reportagem, tiveram seus orçamentos turbinados na atual administração.



Por unanimidade, os ministros do Supremo decidiram restringir o compartilhamento de informações dos 48 órgãos públicos que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência, o Sisbin, com o serviço secreto comandado pelo delegado Alexandre Ramagem e subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, do general Augusto Heleno. Na prática, o voto proferido pela relatora Cármen Lúcia confere uma interpretação mais clara à lei que criou a Abin, em 1999. O texto endossado pelos demais magistrados no julgamento virtual determina que a agência comprove o *“interesse público”* dos seus pedidos aos demais órgãos do Sisbin, impede o compartilhamento de comunicações telefônicas sem autorização judicial e obriga o registro de todos os dados compartilhados no sistema do órgão, para identificar possíveis casos de desvio de finalidade.

*Adriano*

*Machado/Crusoé*



*A sede*

*do Centro de Inteligência do Exército, em Brasília: serviços de informação militares também têm recebido e gastado mais*

Essas determinações ocuparam apenas meia lauda das 27 páginas redigidas pela ministra. A maior parte do voto foi dedicada a narrar os riscos que o abuso de poder do sistema de inteligência do governo impõem à democracia. *"Inteligência é atividade sensível e grave do estado. 'Arapongagem' não é direito, é crime. Praticado pelo estado é ilícito gravíssimo. O agente que adotar prática de solicitação e obtenção de dados e conhecimentos específicos sobre quem quer que seja fora dos estritos limites da legalidade comete crime"*, escreveu Cármen Lúcia, no trecho mais incisivo de seu voto. *"Faz-se necessária a explicitação do papel a ser exercido pelas atividades de inteligência na ordem democrática, à luz dos preceitos constitucionais, enfatizando-se o interesse público de sua atuação e repreendendo-se qualquer possibilidade de cooptação partidária dos respectivos órgãos para finalidades*

*“pessoais ou perseguição de oponentes políticos”*, prosseguiu a ministra.

A necessidade de impor regras claras ao uso do aparelho estatal de inteligência não se restringe a casos pontuais de desvio de finalidade que já vieram a público, como o uso de agentes da Abin para [compilar dados sobre desvio de verbas e compra irregulares feitas por governadores e prefeitos durante a pandemia](#), revelado por **Crusoé** em maio, logo após o início da CPI que empareda Bolsonaro no Senado. No atual governo, na onda do desejo do presidente por mais informações sensíveis, o setor foi significativamente incrementado, tanto do ponto de vista operacional como financeiro. Desde a posse de Bolsonaro, em 2019, onze órgãos públicos foram incluídos no Sisbin, o sistema criado juntamente com a Abin, há 21 anos, para compartilhamento de dados de inteligência. Entre os órgãos que passaram a integrá-lo estão a Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, o Departamento Nacional de Trânsito, o Denatran, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, o Ministério da Educação, e a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça, criada em 2019 por Sergio Moro para facilitar a cooperação entre as polícias no combate a organizações criminosas – o setor é o mesmo que, na gestão de André Mendonça no Ministério da Justiça, foi usado para elaborar um dossiê sobre professores de universidades públicas que se opõem ao governo.

Responsável por abastecer o presidente da República com informações estratégicas para proteger o estado, a Abin tem sido prestigiada pelo Planalto desde que o vereador Carlos Bolsonaro, filho 02 do presidente, emplacou [Alexandre Ramagem](#) no comando da agência, em junho de 2019. Logo no ano seguinte, o primeiro em que orçamento foi elaborado pelo próprio governo Bolsonaro, a Abin desembolsou 112,5 milhões de reais nas chamadas “ações de inteligência” – uma alta de 32% em relação à soma empenhada em 2019, em



valores corrigidos pela inflação. Isso em pleno período de pandemia. As vacas gordas chegaram, também, aos serviços de inteligência das Forças Armadas, que também têm sido bastante demandados pelo governo. O Ministério da Defesa registrou empenhos de 10,4 milhões de reais em *"ações de caráter sigiloso"* – o maior gasto com esse tipo específico de despesa desde 2014. Os gastos do serviço secreto militar extrapolam as despesas sigilosas. Apenas em 2020, o Centro de Inteligência do Exército empenhou 26,6 milhões de reais. Já o da Marinha assinou despesas na ordem de 2,5 milhões de reais.

*Adriano*

*Machado/Crusoé*



*A Abin*

*se interessou pelo Pegasus, o software espião que tem causado estragos pelo mundo afora*

A bonança do setor de inteligência, que contrasta com os cortes nas contas de órgãos chaves do governo, como os ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, **também se refletiu nas despesas com diárias e passagens dos agentes em *"ações de inteligência"***. Só a Abin gastou 4 milhões de reais no primeiro ano da pandemia, em que viagens em geral foram

reduzidas por causa do isolamento social adotado na maior parte do Brasil e em vários países do mundo. No ano passado, a agência também movimentou 8,6 milhões de reais com *“serviços de caráter secreto ou reservado”* e mais 18 milhões com a aquisição de *“equipamento e material sigiloso”* – com direito a contratos com empresas secretas no exterior. Nesses casos, informações detalhadas sobre quem são os fornecedores contratados ou mesmo sobre o objeto dos contratos são mantidas em segredo, sob a justificativa de que é preciso resguardar a *“segurança da sociedade e do estado”*.

Com as burras cheias, e o aval do governo para gastar, o setor tem ampliado suas ambições. Escudada sob o guarda-chuva do sigilo, a Abin procurou a empresa israelense NSO Group para [negociar a compra do Pegasus](#), um sistema de espionagem que é considerado um dos mais invasivos do mundo, por permitir que seus operadores acessem, sem autorização judicial, dispositivos eletrônicos de qualquer cidadão. **A tecnologia permite que telefones sejam invadidos e espionados sem que o usuário precise clicar em algum arquivo infectado – a despeito das tratativas, a agência garante que não chegou a adquirir o sistema.** Nas mãos de governos autoritários de outras partes do mundo, o programa foi usado para espionar mais de 50 mil pessoas, entre políticos, ativistas, líderes religiosos e jornalistas, segundo reportagem publicada em julho por grandes jornais europeus e americanos.

Em 2020, os centros de inteligência das três Forças Armadas empenharam um total de 9,3 milhões de reais em favor da empresa norte-americana Verint, que fornece aparelhos usados na obtenção de *“inteligência para dispositivos móveis”*. Os pagamentos são intermediados pela Comissão Naval Brasileira em Londres e pela Comissão do Exército em

Washington, um braço da força militar usado para fazer aquisições de produtos e equipamentos no exterior. Os investimentos alcançam outras áreas da inteligência federal. A Seopi, aquela secretaria do Ministério da Justiça que fez o dossiê sobre os professores, adquiriu por 6 milhões de reais um sistema forense de extração de dados de telefones celulares apreendidos. O sistema permite que investigadores obtenham todos os dados armazenados por uma pessoa em plataformas como WhatsApp, Google e Facebook, incluindo o histórico de localização, mensagens, áudios, fotos e listas de contatos.

Já a Polícia Federal investiu **49 milhões de reais na contratação de serviços da empresa americana Planet Labs, para ter acesso a imagens de satélites pelo período de um ano.** A justificativa inicial era monitorar desmatamentos e queimadas, mas o escopo se revelou muito maior. A teia de pequenos satélites em órbita, que produzem imagens de altíssima resolução, também pode ser usada para monitorar pessoas e empresas. A tecnologia pode, por exemplo, verificar, dia após dia, o entra e sai de veículos e pessoas em uma residência comum. A tecnologia possibilita a cobertura de todo o planeta, desviando até das manchas de chuva. A contratação ocorreu sem licitação, sob o argumento de que a empresa entrega um serviço único, que nenhuma outra oferece. O acesso ao sistema também foi disponibilizado para a Abin. Os agentes podem consultar as imagens de qualquer ponto de interesse, acionando um programa em seus celulares. Peritos da PF ouvidos por **Crusoé** afirmam que, *"se o serviço cair em mãos erradas"*, pode ser facilmente usado para arapongagem ilegal.



Sessão

*da comissão do Congresso que deveria fiscalizar as atividades de inteligência: controle praticamente inexistente*

Com verbas federais, órgãos de inteligência e de segurança que costumam abastecer a Abin com informações também vêm se fartando. No Distrito Federal, a Polícia Civil tenta desde o ano passado modificar um convênio firmado em 2018, com o Ministério da Justiça, para adquirir sistema de espionagem com custo estimado de 6,3 milhões de reais. O sistema GI2-S é usado para localizar aparelhos de celular com precisão e permite a interceptação de ligações, mensagens de texto e até a ativação à distância do microfone dos dispositivos do alvo, para escuta ambiental. *“O recurso de escuta permite ao usuário do GI2 ativar o microfone do dispositivo do alvo e ouvir secretamente nas imediações”*, diz um trecho do expediente encaminhado pela corporação ao Ministério da Justiça. A compra só não foi adiante porque tinha que ser feita mediante licitação. A proposta observa que estados como Espírito Santo e São Paulo já compraram o sistema e *“têm feito uso bem-sucedido da ferramenta”*.

A ampliação dos investimentos e a aquisição de equipamentos de ponta embutem o risco de uso político do sistema e preocupa especialistas. *“Se, por um lado, é muito bem-vinda a aquisição dessas tecnologias, por outro lado, eu tenho certeza de que isso, ao chegar aqui, será desvirtuado por uma comunidade criminosa que opera à margem dos serviços secretos”*, diz o tenente-coronel André Soares, ex-analista de contra-inteligência da Abin. *“É fundamental que haja uma capacidade de investigação bastante sofisticada nas forças policiais para atuarem contra crimes. No entanto, existe uma grande possibilidade de que esses meios possam ser usados para fins escusos, como alguns sinais já vêm sendo apontados nos últimos governos”*, concorda Alcides Peron, pesquisador do Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo.

A instância que deveria fiscalizar o trabalho de espionagem do governo é a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. O colegiado, no entanto, pouco se reuniu desde que Bolsonaro chegou ao poder. **Em agosto, Augusto Heleno e Alexandre Ramagem chegaram a ser ouvidos por parlamentares em audiência secreta, mas pouco foi esclarecido, por exemplo, sobre a atuação da “Abin paralela” de Bolsonaro.** Os dois disseram apenas que a agência executa suas atribuições legais e que as acusações de desvio de finalidade são *“fantasiosas”*. Para Lucas Rezende, professor do programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, o crescimento sem controle da capacidade de inteligência, em um governo militarizado e pouco transparente como o de Jair Bolsonaro, representa uma ameaça à privacidade e às garantias individuais. *“Os serviços de inteligência brasileiros não saíram ainda da lógica da ditadura militar. Eles seguem militarizados, sem nenhuma transparência para a sociedade e sob uma lógica de investigação da própria população brasileira, não de ameaças externas. Os avanços significativos que ocorreram*



*para ampliar a transparência retrocederam de forma muito acelerada sob o atual governo”, afirma Rezende.*

Em tempo: depois que Alexandre Ramagem e sua turma se apossaram da Abin, e a Polícia Federal também passou ao controle de delegados tidos como leais a Bolsonaro, não houve mais qualquer registro de queixas do presidente quanto ao desempenho dos serviços oficiais de informação.





Lacalle Pou reverteu a política do governo anterior: 2 mil foram presos desde então

## O acerto uruguaio

Recorrendo a medidas simples, o novo governo de Luis Lacalle Pou acabou com a onda de criminalidade

15.10.21



**DUDA TEIXEIRA**

O Uruguai foi pego de surpresa por uma onda de criminalidade pouco antes da pandemia de Covid. O país pacato e rural, que por décadas registrou de 6 a 8 homicídios para cada 100 mil habitantes por ano, de repente viu essa taxa quase dobrar. Ainda que abaixo dos números brasileiros (hoje o Brasil amarga 21 homicídios por 100 mil habitantes, o dobro do máximo aceitável internacionalmente), ocorreu um abalo na sociedade uruguaia, que também se viu desafiada pela elevação de vários outros crimes. Houve, por exemplo, [um](#)

aumento de 54% dos roubos à mão armada, de 26% dos furtos e de 40% dos roubos de carro entre 2017 e 2018.

O tema da segurança pública dominou a campanha presidencial de 2019 e foi o principal fator a impedir a vitória do candidato ligado ao governo de Tabaré Vázquez, da coalizão esquerdista Frente Ampla. Quem ganhou a corrida foi Luis Lacalle Pou, que encabeçou uma união de grupos de centro e de direita. **Hoje, a onda de violência foi dissipada. Somente 16% dos uruguaios acham que esse é o maior problema do país, índice que há dois anos bateu nos 44%. A população também está mais otimista: para 70%, a situação nas ruas deve melhorar nos próximos meses.**

A explicação para o sucesso uruguaio se mistura com a chegada da pandemia, mas não se resume a ela. Lacalle Pou assumiu o governo no dia 1º de março de 2020. Apenas duas semanas depois, ele baixou o decreto de emergência sanitária. Lugares públicos e centros turísticos foram fechados. Medidas duras foram ditadas para evitar a aglomeração de pessoas. **A exemplo de outros países, a redução na mobilidade diminuiu a incidência de vários crimes, como os assaltos.** Com a volta à normalidade – 75% da população do Uruguai está totalmente vacinada –, a ocorrência de delitos seguiu em trajetória de queda. *“Os dados que coletamos mostram que a pandemia ajudou a reduzir os delitos, principalmente em Montevideo, mas também indicam que políticas públicas tiveram o seu efeito”*, diz o economista uruguaio Carlos Díaz, que fez um estudo sobre crimes no mundo durante o surto de Covid.

## Reprodução



### *Resultado de operação antidrogas no Uruguai*

No primeiro semestre deste ano, os homicídios no Uruguai caíram 26% em relação ao mesmo período de 2020. Furtos tiveram queda de 10%. Roubos à mão armada diminuíram 17%. A taxa de homicídios agora está em 9,5/100 mil habitantes. Neste ano, a expectativa é que caia para 8/100 mil, patamar mais próximo do histórico do país. **Estatísticas de violência doméstica, que subiram durante a pandemia em vários países, estão em declínio no Uruguai.** No primeiro semestre deste ano, o número de ocorrências policiais foi 12% menor do que no mesmo período do ano passado. Os casos de roubo de gado, um crime típico no país, exportador de carne, tiveram queda de 43%.

Duas políticas públicas adotadas pelo governo de Lacalle Pou são apontadas como as principais responsáveis pela redução dos crimes. A primeira delas foi a suspensão de diversos dispositivos do novo Código de Processo Penal, que entrou em vigor em novembro de 2017. Quando foi instituído, com amplo apoio entre os partidos, o código embutia uma boa intenção.



O quadro nas prisões uruguaias era calamitoso e muitos detentos estavam no sistema prisional sem nem sequer terem sido condenados. **Para evitar a superlotação, a mudança na lei permitiu que promotores e advogados de defesa combinassem uma pena alternativa, que podia ser a realização de trabalhos para a comunidade ou participar de programas de reeducação e tratamento vícios.** *“O resultado foi que milhares de pessoas passaram a cumprir penas alternativas, mas apenas 20 estavam responsáveis por controlá-las. Em geral, os criminosos continuaram cometendo seus delitos”*, diz o cientista político uruguaio Diego Sanjurjo, coordenador de estratégias de prevenção no Ministério do Interior do Uruguai.

Ao assumir, o novo governo deixou de aplicar na totalidade o Código de Processo Penal e voltou a prender. Em pouco mais de um ano, 2 mil pessoas deram entrada nas cadeias. Outra ação foi aumentar as ações policiais contra as bocas de fumo, algo que, no Brasil, nem sempre é possível – nesta semana, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, usou as redes sociais para reclamar de uma decisão judicial que impede as forças policiais de exercerem o monopólio da força em territórios controlados pelo tráfico. **No Uruguai, até o ano passado, o número de operações anuais para desarticular os pontos de venda de drogas não passou de 652. Nos primeiros doze meses do novo governo, 1.182 bocas foram fechadas.**

A estratégia da polícia uruguaia não foi a de abrir guerra com os traficantes, mas de impedir que eles dominassem áreas. Normalmente, depois de uma batida policial, os vendedores de entorpecentes retornam em outra esquina. Mas o fato de serem obrigados a mudar constantemente de lugar os impede de extorquir dinheiro de moradores e de criar estratégias para impedir a entrada da polícia ou enfrentar outros grupos.



Reprodução



*No Rio, polícia agora tem limites para atuar em áreas controladas por milícias e traficantes: STF impôs trava em razão dos excessos que levam a tragédias*

Ao desarticular os pontos de venda de drogas (como a maconha no país é legalizada, a violência ligada ao narcotráfico normalmente está associada ao comércio de drogas como cocaína e heroína), o Uruguai tenta evitar justamente uma situação como a do Rio. Um estudo feito pelo instituto Fogo Cruzado e por outras entidades aponta que, hoje, nada menos que 98% do território da capital fluminense está sob controle de milícias, do Comando Vermelho, do Terceiro Comando, dos Amigos dos Amigos ou em disputa entre facções. *"O tráfico de drogas geralmente está circunscrito a favelas e conjuntos habitacionais, enquanto as milícias podem dominar bairros inteiros. A polícia atua de variadas formas nessas áreas, seja realizando patrulhamento, investigações ou enfrentando esses grupos"*, diz Cecília Olliveira, diretora executiva do Instituto Fogo Cruzado. Mas a forma é atabalhoada.

A inação do estado que abre caminho para o domínio dos criminosos sobre o território acaba tornando mais arriscada qualquer iniciativa destinada a retomá-lo. Uma vez que as facções estão estabelecidas, as ações policiais tornam-se mais arriscadas e mais letais. Em junho de 2020, em resposta a uma ação violenta da polícia que resultou na morte de um adolescente, o ministro Edson Fachin do STF concedeu uma liminar que limita ações armadas durante a pandemia – é justamente a ordem judicial da qual o prefeito Paes se queixa. Em agosto, o plenário da corte confirmou a decisão, que passou a restringir operações sem planejamento em áreas densamente povoadas.

Agora otimistas com o quadro de calmaria na segurança pública, os uruguaiois têm uma preocupação de outra ordem: com mais gente dentro das prisões, eles temem que se repita por lá o fenômeno brasileiro que deu origem a facções como o PCC, o Primeiro Comando da Capital. *"Não podemos nos esquecer que foi dentro das prisões brasileiras que surgiram as grandes organizações criminosas. Então, precisamos cuidar para que o Uruguai não siga o mesmo caminho"*, diz Sanjurjo, do Ministério do Interior. A vantagem é que, por lá, ao menos do lado de fora das prisões, a situação está sob controle, graças à crença de que é melhor manter os criminosos na cadeia do que deixar a sociedade refém deles.



"A posição do CFM é escandalosa. Felizmente, os bons médicos estão reagindo"

## ‘É caso de mistanásia’

Um dos maiores especialistas em bioética do país, Volnei Garrafa diz que testes com cloroquina e proxalutamida se equiparam ao horror das experiências médicas nazistas na Segunda Guerra

15.10.21



HELENA MADER

O pesquisador gaúcho Volnei Garrafa é uma das maiores autoridades do país em bioética. Diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades da Universidade de Brasília e coordenador de uma cátedra sobre o tema patrocinada pela Unesco, o braço da ONU para a educação, a ciência e a cultura, **ele se mostra assombrado com os estudos realizados no Brasil para testar remédios contra o coronavírus.** Cita especialmente o famigerado *“kit Covid”*, [propagandeado pelo presidente Jair Bolsonaro](#) e prescrito sistematicamente

por operadoras de planos de saúde como a Prevent Senior, e a proxalutamida, cuja pesquisa teria, segundo o Conselho Nacional de Saúde, levado à morte de mais de 200 pessoas. Para Garrafa, esses estudos, realizados sem o consentimento de pacientes e em desacordo com os protocolos científicos mais básicos, equiparam-se ao horror das experiências médicas conduzidas pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

O professor afirma nesta entrevista a **Crusoé** que falta ao país uma legislação rigorosa para regular pesquisas com seres humanos. **O setor, diz, acaba exposto às pressões de laboratórios farmacêuticos interessados no afrouxamento do sistema de controle que deveria ser feito, sistematicamente, pelos comitês de ética em pesquisa.** *“Na área biomédica, o deserto legislativo é estrondoso”*, diagnostica. Pós-doutor em bioética, Garrafa integrou, no final dos anos 1990, a primeira formação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, a Conep, instância máxima de avaliação de protocolos de pesquisa. Ele afirma que a falta de estrutura e de equipes para a fiscalização e o monitoramento dos estudos contribuíram para o surgimento de escândalos como o da Prevent Senior. **Garrafa classifica a caótica política brasileira de enfrentamento à pandemia como um caso de “mistanásia”, uma variedade da eutanásia.** *“É a morte desnecessária, cruel, miserável. Ocorre quando as pessoas são abandonadas, enganadas.”* Eis a entrevista:

**De que forma os escândalos envolvendo pesquisas ilegais com substâncias como cloroquina e proxalutamida e o caso Prevent Senior contribuíram para o debate ético na pandemia?**  
*A pandemia trouxe à tona uma imoralidade na estrutura científica e na sociedade que, para muitos, era inimaginável. Vimos comportamentos completamente inesperados, frutos do ódio, do despreparo. Mas há também problemas de raízes educacionais. No campo da ética em pesquisa, o Brasil tem um*

*sistema desde 1996. Eu mesmo fiz parte da Comissão Nacional de Ética, no primeiro grupo, em 1997. De toda a América Latina, o sistema brasileiro, apesar das dificuldades, ainda é o melhor, porque há um sistema nacional de controle (de pesquisas). Só que o modelo já está antiquado, tem muitas deficiências e deveria ter avançado. Não quero crucificar o sistema CEP/Conep (os CEPs são os comitês de ética em pesquisa e a Conep, a última instância de avaliação de protocolos de pesquisas envolvendo seres humanos) porque todos já lutam com muita dificuldade. Mas as influências contra seu funcionamento, principalmente aquelas vindas das indústrias nacionais e multinacionais de medicamentos, são uma coisa incrível. A indústria está sempre lutando pela flexibilização do sistema de controle ético. Querem o afrouxamento. Hoje, o sistema não tem nem agilidade nem pessoal, nem força política ou técnica para ir atrás de denúncias, como os fatos que aconteceram no Amazonas ou em Porto Alegre (refere-se às pesquisas com proxalutamida e cloroquina). Se o país tivesse um sistema vigoroso, haveria uma série de técnicos atuando nesses casos, apresentando material ao Ministério Público. Mas o sistema é frágil, não tem força suficiente.*

**De que forma o Congresso Nacional tem participação nessa situação?**

*Temos um problema seríssimo que é culpa do Congresso Nacional: não há legislação no Brasil sobre pesquisa com seres humanos. Isso, em 2021, é escandaloso. Na Argentina, representantes de grandes laboratórios já foram para a cadeia e há casos de multas. No Brasil, há dificuldades em punir. Houve um caso escandaloso que aconteceu em 2005, o da malária no Amapá, que envolveu uma universidade americana da Flórida, em parceria com duas instituições do Brasil, a Fiocruz e a USP. O projeto foi aprovado pela Conep e, depois, descobrimos que os grupos de pesquisa estavam divididos em dois, e em um deles as pessoas recebiam 100 picadas de*

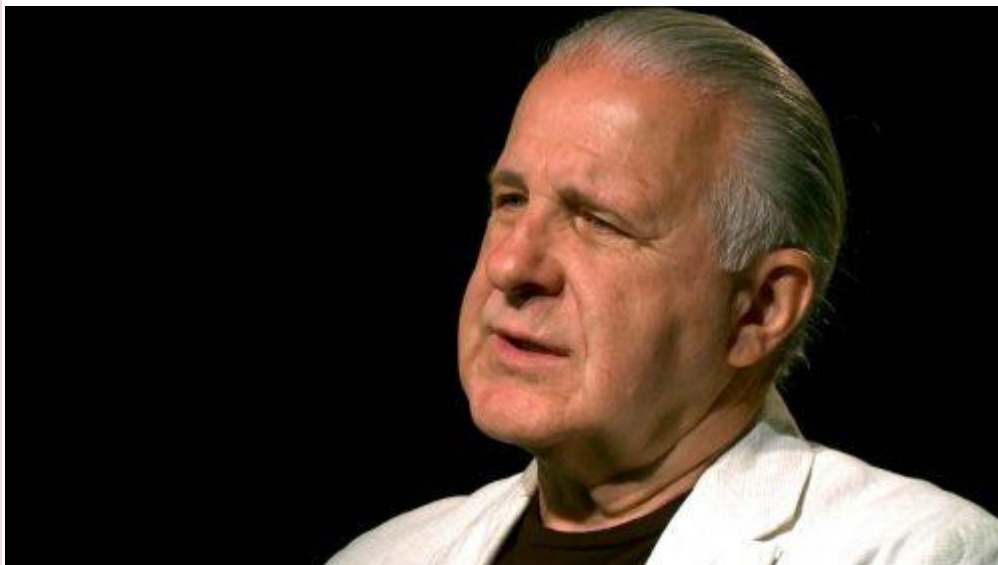


*mosquito por dia. Uma comissão comprovou que mais de 3% dos mosquitos estavam infectados pela malária. As pessoas estavam sendo expostas à doença sem conhecimento. É claro que a Conep não iria aprovar um projeto desses. Houve burla. Na época, a Polícia Federal entrou no caso, houve o fechamento de um laboratório da Fiocruz. O escândalo saiu nas páginas de todos os jornais. E o que aconteceu até hoje? Nada, absolutamente nada. Em 2021, essas coisas voltaram a acontecer e o Brasil continua sem uma lei sobre ética em pesquisa. O que há é uma resolução do Conselho Nacional de Saúde, sem poder de lei. Tem poder moral, mas não punitivo.*

O caso da [Prevent Senior](#) teve muita repercussão e causou indignação. O sr. acredita que desse escândalo podem vir consequências práticas, como punições e a criação de novas leis sobre o tema?

*Tenho dúvidas sobre qual será o desfecho. Os interesses são muito fortes. O vazio legal e a ausência de legislação atrapalham, sim. Com esse Congresso Nacional de pastiche, duvido muito que desse mato saia algum coelho. Moro em Brasília há 50 anos e nunca vi um [Congresso de tão baixo nível](#), com esse Centrão. Tem um projeto de lei que tramita há uns seis anos, mas que veio do campo dos laboratórios. À época, a (então) senadora Ana Amélia apresentou um projeto que poderia acabar com o sistema CEP/Conep, com o argumento de que ele cerceia a liberdade dos laboratórios pesquisarem e atrasa os projetos de pesquisa. No Brasil, menos de 5% das pesquisas clínicas são originais. Elas usam pacientes do SUS como cobaias de pesquisa para ter mais lucro. Isso a Conep tenta controlar. Há mais de 800 comitês locais de ética em pesquisa em hospitais, universidades, mas eles não dão conta. O trabalho não é remunerado, é meio que um sacerdócio das pessoas que se metem com ética e pesquisa. O desejável era que hoje tivéssemos comissões de alto nível, até para avaliar os impactos econômicos e epidemiológicos.*

*Reprodução/Youtube/UnBTV*



*“Muitas mortes por Covid no Brasil podem ser caracterizadas como um caso de mistanásia, uma variedade da eutanásia”*

**A direção da Prevent Senior argumenta que os médicos tinham autonomia para prescrever os remédios, com amparo do Conselho Federal de Medicina. O CFM errou?**

*O Conselho Federal de Medicina inverteu escandalosamente o conceito de autonomia. Que autonomia é essa que ludibria a informação que o médico tem que dar ao paciente para informá-lo e para defender a sua segurança? Foi isso o que aconteceu na Prevent Senior, onde houve uma série de distorções sob o ponto de vista criminal e sob o ponto de vista ético. Tudo aquilo que aconteceu na Prevent e as pesquisas em Manaus e em Porto Alegre (com proxalutamida e cloroquina) se equipara às pesquisas que os nazistas faziam nos campos de concentração. As pessoas estavam desinformadas. O grande referencial da Declaração de Nuremberg, de 1947, é que toda e qualquer ação clínica no corpo de uma pessoa deve ter o consentimento informado e esclarecido dessa pessoa. É um balizador dos direitos humanos, que foi flagrantemente desrespeitado nessas*

*pesquisas. Depois, houve ainda o fato de ocultarem informações de atestados de óbito. É um absurdo.*

### **Houve omissão do CFM?**

*A posição do CFM é escandalosa. Felizmente, os bons médicos estão reagindo quanto a isso. O CFM já vinha adotando posições retrógradas de alguns anos para cá e essa diretoria atual se esmerou em piorar a situação. Tanto que o presidente Bolsonaro em seu discurso na ONU se referiu ao CFM e a esse exemplo da autonomia, com conceito completamente errôneo. O conselho tem grande responsabilidade com relação a isso. Os conselhos profissionais têm como papel avaliar e controlar o exercício profissional, e essa direção do CFM está extrapolando completamente suas funções legais. Aquela Capitã Cloroquina (como ficou conhecida Mayra Pinheiro, secretária do Ministério da Saúde) fez um doutorado em bioética, um doutorado picareta que não é reconhecido pela Capes. Se você abre o Lattes desse ministro (Marcelo) Queiroga, está na primeira página do currículo que ele é doutorando em biomédica desde 2010. Aqui no Brasil, o aluno de doutorado é desligado depois de quatro anos. Como o sujeito está desde 2010 cursando doutorado?*

### **A falta de legislação impede que sejam punidos os responsáveis por pesquisas que atentam contra os princípios éticos?**

*Esses casos vão para o Ministério Público e se arrastam. Caem no esquecimento quando saem da mídia, e fica por isso mesmo. Esses casos recentes são muito mais estrondosos, mas há vazios legislativos criminosos. Lembra da ovelha Dolly, a primeira clonada, e do primeiro bebê de proveta, que nasceu em 1984? Até hoje o Brasil não tem uma legislação sobre reprodução assistida. É uma vergonha. Frequentemente, juízes me pedem pareceres de bioética para tomarem suas decisões, sobre questões como a da privacidade dos doadores, porque não há legislação. E assim o Judiciário tem que legislar, fazer*

*jurisprudência. Na área biomédica, o deserto legislativo é estrondoso. As coisas funcionam com base em resoluções do CFM.*

**Do ponto de vista da bioética, como o sr. avalia o comportamento do presidente Jair Bolsonaro no combate à pandemia?**

*Muitas mortes por Covid no Brasil podem ser caracterizadas como um caso de mistanásia, uma variedade da eutanásia. A mistanásia é a morte desnecessária, cruel, miserável. Não é bem genocídio a palavra a ser utilizada. A morte miserável ocorre quando as pessoas são abandonadas, enganadas. E, desde o começo, o que aconteceu no Brasil foi um abandono completo. Não houve uma condução nacional única para combate à pandemia. Cada estado, cada município, tomou medidas por conta própria. Com a estrutura consolidada do SUS, o que aconteceu era inimaginável para nós. O Brasil sempre foi exemplar em termos de vacinação e o que aconteceu nos deixa estupefatos. Outra questão é a completa ausência de informações fidedignas. Não houve campanha nenhuma durante todo esse processo. A mídia teve papel fundamental no sentido da orientação da população, porque não houve campanhas do governo para uso de máscara, para a adoção de cuidados. Foi, sem dúvida, uma mistanásia. E o presidente tem que ser responsabilizado criminalmente. A médio e longo prazos, Bolsonaro e a equipe dele têm que ser julgados nos fóruns internacionais, como aqueles carrascos das guerras da antiga Iugoslávia.*

*Luis*

*Prado/UnB*



*“Aquilo*

*que aconteceu na Prevent e as pesquisas em Manaus e em Porto Alegre se equipara às pesquisas que os nazistas faziam”*

Bolsonaro e seus aliados elegeram recentemente o passaporte sanitário como o grande vilão. Do ponto de vista da bioética, há algo errado em exigir que as pessoas se vacinem?

*O boicote da vacinação promovido por Bolsonaro é lamentável. Sob o ponto de vista ético, qual é o nosso referencial maior? A vida. A vida é maior bem que existe. Quando determinadas situações colocam em risco outras pessoas, a compulsoriedade é necessária. Imagine, em uma epidemia fortíssima de dengue, uma casa fechada, com a piscina transformada em foco de mosquito, o estado ser impedido de entrar no local. Nesse caso, a Justiça dá permissão para a prefeitura entrar na casa, porque aquela situação estava colocando outras pessoas em risco. O debate da vacina se situa no mesmo campo. Vidas de pessoas estão em risco. O Estado precisa tomar medidas mais drásticas. A palavra compulsória é feia, mas tem que haver um controle*



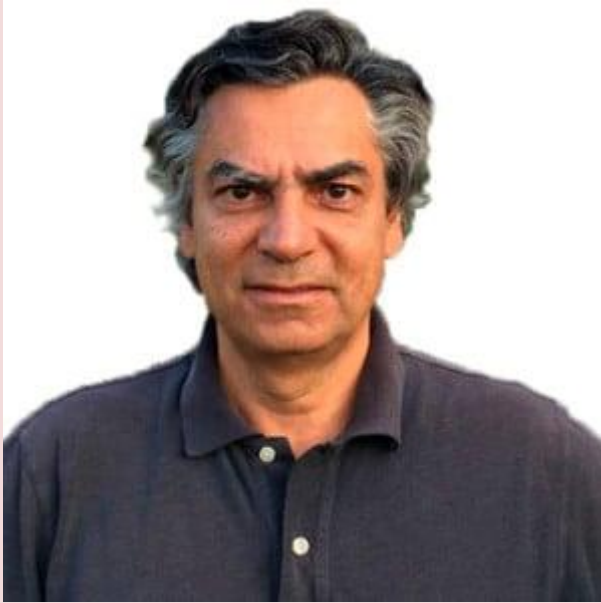
*social e corresponsabilidade compartilhada, porque aquele que não se vacina transmite aos outros, e isso não é ético.*

**Na pandemia, temas eminentemente técnicos acabaram politizados de maneira exacerbada. Isso atrapalhou?**

*O Brasil tem ótimos exemplos de políticas públicas que deram certo sem politização. Na área de saúde, a revista Nature mostrou o milagre que foi o Brasil ter reduzido de forma expressiva a mortalidade infantil. Foi uma mudança espetacular, uma conquista do sistema epidemiológico brasileiro, e não houve politização desse debate. Vivemos uma crise ética histórica com a pandemia de Covid. O Brasil poderá, agora, ou sucumbir ou dar um salto de qualidade, aprendendo com essa e começando a criar vergonha na cara.*

**Como pesquisador, que avaliação o sr. faz das políticas oficiais de ciência e tecnologia? O governo tem tentado impor limites à ciência?**

*Todo ano há corte de bolsas e não há abertura de novas vagas docentes nas universidades. É óbvio que há boicote. Veja a presidente da Capes (Cláudia Toledo), que é o órgão mais importante da área. Ela vem de uma entidade chamada Instituto Toledo de Ensino, em Bauru. O ministro da Educação é formado lá e esse (André) Mendonça, indicado para o Supremo, também é formado lá. O programa de direito deles tirou nota 2 há cinco anos. Nota 2 é para fechar. Como uma pessoa dessas vai ser presidente da Capes? Não tem competência profissional. O ministro atual (da Educação) é completamente despreparado. Obviamente, cria-se um vácuo muito forte que vai interferir nas políticas de educação. É um espanto o distanciamento que está havendo entre a educação e a saúde. O MEC deveria estar fortemente envolvido no combate à pandemia, por meio das universidades, dos hospitais universitários. Se houvesse um comando único nacional, educação e saúde estariam irmanados. É lamentável que não estejam. Pode ter certeza de que teremos um atraso educacional no país de pelo menos uma década.*



## DIOGOMAINARDINA ILHA DO DESESPERO

### O voto vem depois

15.10.21



Fernando Haddad, oito meses atrás, foi ao *Manhattan Connection*. Eu o chamei de “*poste de ladrão*” e ele respondeu que eu era “*problemático, até psicologicamente*”, e que meu “*herói*” [Sergio Moro](#) seria desmascarado e abatido.

Desde então, fui chutado do *Manhattan Connection*, o programa saiu do ar e o poste de ladrão deixou de ser um poste de ladrão, porque o STF rasgou todas as provas da ladroagem e o ladrão transformou-se, de uma hora para a outra, em ex-ladrão, dispensando o poste e assumindo pessoalmente sua candidatura.

Só recapitulo essas velharias, de um passado remoto, para dizer que, daqui a oito meses, [o ex-poste e o ex-ladrão podem estar de volta](#), prontos para recuperar o butim perdido. Mas pode ser também que meu herói, que eu tenho incitado publicamente a [se candidatar a presidente](#), consiga usar esse tempo para retornar à Terra e aprisionar o bando maligno.

Para ser sincero, aliás, tenho de confessar que meu herói, na verdade, nem é meu herói. Ele é mais do que isso: é uma pessoa real, sem disfarces e sem poderes sobrenaturais, que combateu criminosos igualmente reais. Nas próximas semanas, Moro vai anunciar que aceita disputar o Palácio do Planalto. Se até meados de 2022 surgir um nome com mais chances do que o dele para derrotar Lula e [Jair Bolsonaro](#), ele pretende renunciar – com total desprendimento – à candidatura. Esse é o plano. Que ele vai cumprir, claro. Esperando que os outros dois – João Doria e Eduardo Leite – também cumpram.

Como se viu, muita coisa pode acontecer em oito meses. Com a entrada de Moro na disputa presidencial, nem as candidaturas de Lula e Jair Bolsonaro parecem tão garantidas assim. O ex-poste pode se tornar poste mais uma vez. E o sociopata talvez acabe pendurado em seu próprio poste. Mas há um fato que não vai mudar: a necessidade de oferecer aos brasileiros um caminho menos calamitoso, que não deve ser o resultado de um gesto heroico ou de um desvario psicológico, e sim de uma escolha ponderada, ajuizada. Neste momento, Moro está conversando com uma rodinha de economistas, empresários e políticos. A prioridade é essa: apresentar um plano de governo, capaz de dar respostas a uma sociedade com um presente desesperado e um futuro sombrio. Trata-se de um empenho coletivo, e não do capricho de um cavaleiro solitário. O voto só vem depois – se vier.



## MARIOSABINO

### A fome

15.10.21

Vinte milhões de brasileiros disseram que costumam passar 24 horas ou mais sem ter o que comer. Outros 24,5 milhões não têm certeza como se alimentarão no seu cotidiano. Mais 75 milhões estão com medo de passar fome. O levantamento, cujos resultados foram divulgados nesta semana, é da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **A situação deve ter piorado, porque os dados são de dezembro de 2020** — antes, portanto, de a inflação iniciar o seu galope.

Nessa escala, **fome não é drama pessoal, é tragédia nacional**. Mas, à exceção de poucos, estamos insensíveis a ela, assim como nos tornamos — se é que não sempre fomos — insensíveis à corrupção, à criminalidade, à ignorância, à incompetência, à paisagem de devastação das nossas cidades, nas quais o número de favelas dobrou nos últimos dez anos, outro espanto recém-noticiado. E, na nossa insensibilidade, nos deixamos conduzir por gente que, perversamente, aproveita-se da fome de tantos como nós, para fechá-los em currais eleitorais, em troca de comida, e assim perenizar o círculo vicioso. **Para essa gente, a fome não é zero e fornece muitos zeros.** “*Um homem com fome não é um homem livre*”. li essa frase de um político americano há alguns anos.

Não me lembro do nome do político, mas ela resume como a fome é prisão. Quando se tem fome, mais do que nos dobrarmos sobre o estômago, dobramo-nos ao estômago. É ele o nosso carcereiro. É ele o nosso vaqueiro.

Seria a nossa insensibilidade uma forma de defesa contra a tragédia faminta que nos circunda? **Porque a fome nos espreita pelo olhar dos pedintes, pelas aberturas das cabanas instaladas nos canteiros centrais de avenidas, pelo andar dos zumbis que, desistidos de si próprios, vagam pelas ruas com o seu fardo de desesperança, pelo telefonema do parente desempregado, pelo ouvir falar do velho que não chega ao final do mês para dar conta da sua longa inexistência, pelo temor de que sejamos arrancados do meio da pirâmide e também apanhados por ela. Melhor virar o rosto para longe dos que têm fome e igualmente de nós mesmos.**

Finjamos, então, que os Severinos são invisíveis. Enganemo-nos que não podemos ser nós, os Severinos. Deixemos os Severinos para o poeta.

*E se somos Severinos*

*iguais em tudo na vida,*

*morremos de morte igual,*

*mesma morte severina:*

*que é a morte de que se morre*

*de velhice antes dos trinta,*

*de emboscada antes do vinte,*

*de fome um pouco por dia.*



PS: a editora Topbooks [acaba de lançar Me Odeie pelos Motivos Certos, em versão impressa.](#) Quem quiser adquirir o livro, com desconto, pode clicar no link. Obrigado aos que já compraram e agradeço antecipadamente aos que vierem a comprar.





## CARLOS FERNANDODOS SANTOS LIMA

# A tentativa de domar o Ministério Público

15.10.21

APEC 5/2021, proposta pelo deputado federal petista Paulo Teixeira, membro ativo da tropa de choque do Partido dos Trabalhadores, e encampada com entusiasmo pelo deputado Arthur Lira, comandante-em-chefe do nefasto agrupamento fisiológico chamado Centrão, é simplesmente a tentativa de destruição da independência do Ministério Público e a subversão definitiva dos princípios constitucionais criados pela Constituição Cidadã de 1988 para o combate ao crime, especialmente aqueles cometidos por poderosos.

É preciso lembrar que a situação atual é semelhante àquela que, às vésperas das gigantescas manifestações de 2013, acontecia no mesmo Congresso Nacional, que, por meio da PEC 37, pretendia impedir que o Ministério Público pudesse promover investigações autônomas, próprias e independentes sobre organizações criminosas de todas as espécies, inclusive aquelas que operavam dentro do próprio estado. Talvez prevendo o que viria no ano seguinte com a Operação Lava Jato, políticos defendiam que somente a polícia poderia investigar, certamente interessados em exercer algum poder sobre o destino de investigações importantes.

Não que se desconfie da polícia, que nestes últimos anos tem se revelado muito resistente e resiliente à influência dos políticos no desenvolvimento de grandes investigações, mas o episódio da renúncia de Sergio Moro do Ministério da Justiça demonstrou claramente que há muitas autoridades públicas, inclusive o próprio presidente da República, que desejam exercer esse controle, mesmo que ilegal, sobre as instituições, usando para isso de medidas administrativas cujo objetivo final é o de constranger delegados, agentes e peritos.

Não fosse a adoção da defesa do Ministério Público pelas manifestações espontâneas de 2013, certamente a famigerada PEC 37 teria sido aprovada e não teríamos tido as revelações da corrupção sistêmica na Petrobras, Eletronuclear, obras da Copa e Olimpíadas, Anel Rodoviário de São Paulo, governo do Rio de Janeiro, dentre tantas outras notícias de crimes promovidos não somente pelo governo do Partido dos Trabalhadores, mas também por outros partidos, todos envolvidos em uma "*corrida pelo dinheiro público*", especialmente o ilícito, em todas as esferas da federação, tudo para financiar caríssimas campanhas eleitorais e o controle de partidos e bancadas.

Se as manifestações de 2013 e seguintes foram preponderantes para que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal pudessem desenvolver o trabalho extenso de mapeamento da corrupção política no Brasil que caracterizou a operação Lava Jato, o arrefecimento do apoio popular, com o cansaço natural da população pelos seguidos anos de manifestações e a desmobilização e desapontamento com a eleição de um outsider mentiroso como Jair Bolsonaro, falso apoiador do combate à corrupção, permitiu que a classe política se reaglutinasse e, na tentativa de retomar o controle, aprovasse seguidas leis que tornaram ineficientes diversos mecanismos legais de investigações usados pela Operação Lava Jato.

Além disso, na esteira do acordo Toffoli-Maia, o próprio Supremo Tribunal Federal passou a rever muitos dos seus posicionamentos, permitindo o enfraquecimento das investigações, que deixaram de existir inclusive na própria Procuradoria-Geral da República, sob controle do subserviente Augusto Aras, dócil representante do Ministério Público anterior à Constituição de 1988. O que aconteceu, portanto, foi uma reação orquestrada do "*mainstream*" político, com seus braços no Poder Judiciário, para reverter condenações e para bloquear qualquer nova investigação ao estilo Lava Jato no futuro.

Assim, usando a insidiosa estratégia desenvolvida por Rodrigo Maia na sua ultrajante presidência da Câmara dos Deputados, esse agrupamento de políticos fisiológicos percebeu que a aprovação sem discussão pela sociedade, na calada da noite e ao atropelo do regimento interno de medidas contra o combate à corrupção, é relativizada por boa parte da imprensa, que se encontra amortecida intelectualmente pelos abusos de Jair Bolsonaro e reage de maneira maniqueísta a tudo que possa ser entendido como motivo de sua eleição, inclusive, mas equivocadamente, a operação Lava Jato. Mesmo bons jornalistas repetem a ladainha de que a operação cometeu abusos, mas são incapazes de nominar qualquer fato irregular relevante que tenha sido cometido pelos procuradores da República ou policiais federais.

Dessa forma, num país dividido e polarizado, com uma população cansada de abusos reais, mas confusa pelas fake news, e com uma parcela importante da imprensa incapaz de ir além de um pensamento simplório, a classe política vem nadando a braçadas na busca de tornar a política uma terra sem lei, utilizando para isso não só a imposição de uma mordaza ao Ministério Público, com a Lei de Abuso de Autoridade, mas a perseguição de membros da operação Lava Jato.

Nesse aspecto é que se pode entender o abuso, para não falar da evidente inconstitucionalidade, da PEC 05/2021. É justamente com o controle da nomeação de membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o CNMP, que políticos fisiológicos ou corruptos vêm exercendo pressão ilegal, ilegítima e imoral sobre o Ministério Público. O que a PEC 5 traz é a consolidação do controle da classe política sobre procuradores da República e promotores de justiça, coisa que já acontece hoje em decorrência da ausência de sabatina de 3 membros do CNMP pelo Senado Federal, fazendo com que a proporcionalidade da representação da classe naquele conselho esteja subvertida.

Dessa forma, vemos uma vendeta contra Deltan Dallagnol e Diogo Castor, membros da operação Lava Jato, utilizando-se de procedimentos administrativos disciplinares para torná-los exemplos do que acontecerá com aqueles membros do Ministério Público que ousarem **investigar novamente poderosos. Para tanto, compreende-se o motivo e relevância do controle do cargo de corregedor do CNMP, um dos principais objetivos da PEC**, pois é justamente com o desvio da finalidade desses procedimentos disciplinares é que se pretende atemorizar e calar o Ministério Público.

A hipocrisia é tamanha que é exatamente aquele Congresso Nacional que não puniu qualquer dos parlamentares envolvidos na corrupção revelada pela Operação Lava Jato quem pretende impor aos membros do Ministério Público um definitivo cala-boca, uma mordaza, uma obrigação de fazer vista grossa, sob o risco de que qualquer incômodo aos sacrossantos políticos possa a vir ser usado para punições severas. **O certo é que não podemos nos fiar nem mesmo no reconhecimento da inconstitucionalidade dessas medidas pelo STF, pois este órgão encontra-se dividido entre os defensores da Constituição e os advogados da classe política.**



Entre este momento que escrevo este artigo e sua publicação, veremos intensa movimentação de deputados fisiológicos e/ou corruptos para aprovar a PEC. A única esperança é a reação social e a proximidade das eleições para o legislativo federal. **O que os políticos temem é a perda de poder.** **Nominar um a um cada um desses traidores da Constituição de 1988 é a única estratégia para os conter.** Os danos para o país que a PEC 05/2021 pode trazer ao país, interna e externamente, pois a própria OCDE tem acompanhado a destruição dos mecanismos de combate à corrupção, serão muito difíceis de reverter.





## ALEXANDRESOARES SILVA

### A maior escritora do Brasil

15.10.21

Com a notícia da entrada de Fernanda Montenegro para a Academia Brasileira de Letras, começou a corrida das editoras brasileiras e portuguesas para publicar as obras completas da lendária escritora carioca. São mais de vinte romances, cinco coletâneas de contos e dois livros de poemas – um poema épico escrito em decassílabos heroicos sobre a vida da atriz Cacilda Becker (*“As Cacildíadas”*), e outro poema épico de extensão semelhante sobre a vida do ator Procópio Ferreira (*“As Procopíadas”*).

Mas esses mais de vinte romances — como são esses livros? É um pouco difícil classificar a literatura de [Fernanda Montenegro](#). São talvez romances realistas, que descrevem a violência urbana à la Rubem Fonseca? Nada disso. São então romances intimistas, que mostram as infinitas matizes da psicologia dos personagens? De modo algum. São objetos verbais, focados acima de tudo em estilo e em brincadeiras linguísticas? Também não.

O que é a literatura montenegrina, então? Talvez a obra literária de Fernanda Montenegro possa ser descrita mais por aquilo que ela não é do que por aquilo que é – até porque eu inventei que ela tem uma obra, e na verdade ela nunca



(Obrigado a Maria Bethânia por permitir a reprodução deste conto na sua íntegra.)

Como o leitor pode ver, a influência (em tom, estilo e temática) da obra de Fernanda Montenegro neste conto de Maria Bethânia é evidente. Essa influência está até no título – “ ”, não custa lembrar, é também o nome do quarto romance de Fernanda Montenegro, que foi traduzido para 23 línguas e não foi lido por milhões de pessoas no mundo todo.

É assim tão absurdo classificar Fernanda Montenegro, Maria Bethânia, e outros grandes autores brasileiros como Amelinha, Belchior, a famosa Grávida de Sorocaba e o ator que fazia o Zé Bonitinho, como seguidores brasileiros do movimento francês Oulipo? Penso que não.

Ao não escrever uma palavra sequer e se limitar a fazer o papel de velha sábia em filmes, Fernanda Montenegro tem influenciado centenas de grandes escritores a também não escrever nenhuma palavra. Que influência pode ser mais benéfica do que essa? O silêncio de gerações inteiras de escritores nacionais tem um sabor distintamente montenegrino.

Quanto a mim, sonho com a publicação das obras completas de Fernanda Montenegro e Maria Bethânia. **Penso em comprar todos os cinquenta e tantos volumes que elas não escreveram, encaderná-los em couro e oferecê-los de presente a Chico Buarque.** Quem sabe assim ele não se inspira nessas duas grandes mestras do silêncio para, ele também, deixar de escrever um grande romance.

# Bolsonaro ressuscita o caso Adélio

15.10.21

Jair Bolsonaro não desistiu das cobranças à Polícia Federal para que aponte supostos comparsas de [Adélio Bispo](#) no atentado a faca que sofreu na campanha de 2018. Em uma conversa recente com o novo diretor da corporação, Paulo Maiurino, ele desenterrou mais uma vez o assunto. Os policiais encarregados do caso já cansaram de explicar ao presidente – pessoalmente, inclusive – que as investigações foram concluídas sem que houvesse um indício sequer de que Adélio agiu em parceria ou a mando de terceiros.

*Raysa*

*Leite/Folhapress*



*facada em Juiz de Fora: Bolsonaro ainda se mostra insatisfeito com a investigação*



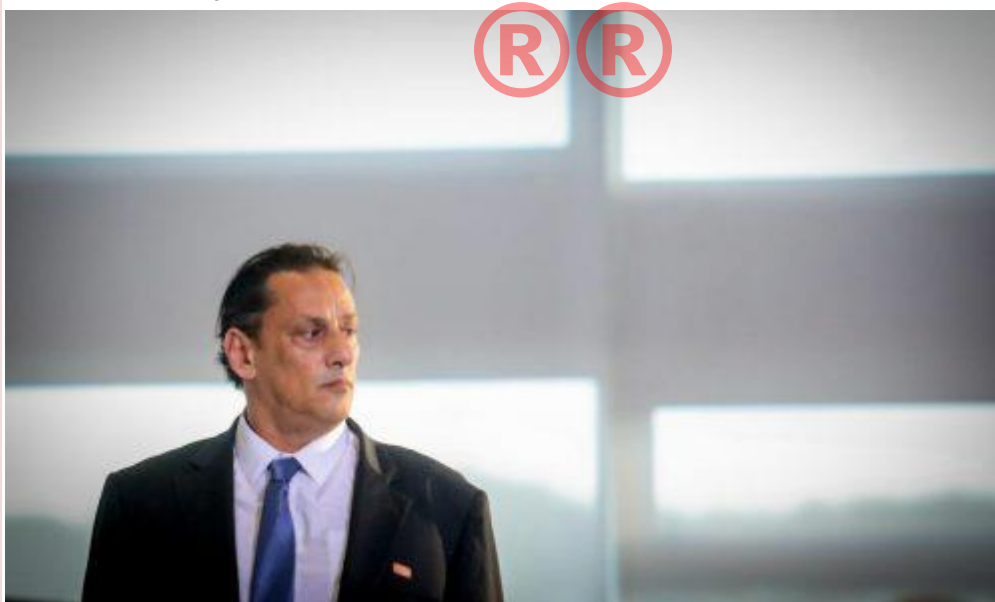
# A companhia ‘quase secreta’ do presidente no Guarujá

15.10.21

Frederick Wassef montou acampamento no Guarujá no feriadão, para ficar perto de [Jair Bolsonaro](#). Uma das visitas chegou a ser flagrada por jornalistas, mas o próprio Wassef confidenciou a interlocutores que, durante a estada do presidente no balneário paulista, reuniu-se com Bolsonaro *“todos os dias”*. Os encontros ocorreram no Forte dos Andradas, a instalação militar onde o presidente se hospedou. Wassef diz que, nos encontros, os dois trataram de *“assuntos particulares”*.

*Wallace Martins/Futura*

*Press/Folhapress*



*Wassef: visitas diárias ao presidente no Forte dos Andradas*

# PF mira milícias e investe em delegacia para combater crimes cibernéticos

15.10.21

Parece tiro no pé, mas [a atual direção da Polícia Federal](#), escolhida por Jair Bolsonaro, resolveu apostar em investigações sobre as milícias que atuam no Rio de Janeiro. O resultado do trabalho deve vir a público em breve. Uma das linhas de apuração foca em personagens que, na hierarquia das quadrilhas, estariam um degrau acima dos policiais corruptos que são a face visível do esquema – os verdadeiros chefões, sustentam os investigadores, são ligados ao mundo da contravenção. Em outra frente igualmente sensível do ponto de vista político, a PF está investindo na criação de delegacias especializadas, veja só, em crimes cibernéticos. O plano, já em andamento, é transformar a Delegacia de Defesa Institucional, herança da ditadura, em uma unidade de investigação capaz de apurar suspeitas de delitos praticados na internet, incluindo aqueles que envolvem fins eleitorais.



*Reprodução Paulo Maiurino, diretor-geral da PF: risco de estresse com o chefe*

# Presidente da Caixa quer substituir Guedes e disputar o Planalto

15.10.21

Pedro Guimarães, o super [obediente presidente da Caixa](#), segue firme em seus planos futuros. E eles não são pouco ambiciosos. Uma parte deles já é conhecida. Guimarães alimenta o sonho de substituir Paulo Guedes como ministro da Economia ainda no atual governo e de ser escolhido como vice de Jair Bolsonaro na campanha pela reeleição no ano que vem. A novidade do projeto megalômano é que o presidente da Caixa agora acredita que, se tudo caminhar como ele projeta, pode sair como candidato ao Planalto em 2026.

*Pedro*

*Ladeira/Folhapress*



*Pedro*

*Guimarães não esconde suas ambições*

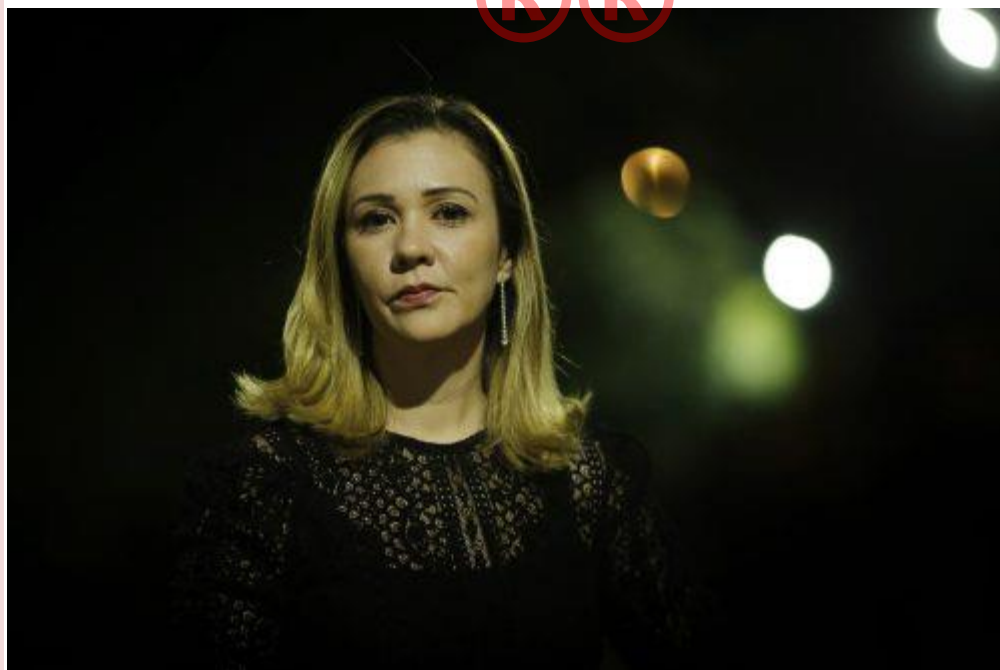
# Aliados do Planalto cogitaram advogada de Bolsonaro para o STF

15.10.21

Aproveitando a brecha aberta pela polêmica em torno da indicação de [André Mendonça](#) para o Supremo, parlamentares aliados do governo procuraram Jair Bolsonaro para sugerir a advogada Karina Kufa como um nome alternativo. Antes, estiveram com ela para dizer que levariam a ideia ao Planalto. Kufa respondeu que não poderia embarcar pessoalmente no plano, porque não gostaria de aparecer como uma oponente de Mendonça, com quem tem boa relação. Não fez muita diferença. Os congressistas seguiram em frente. O presidente, porém, não se animou.

*Adriano*

*Machado/Crusoé*



*Karina*

*Kufa: aliados levaram o nome, mas Bolsonaro não se animou*

# O que aproxima Kátia Abreu, ex-dilmista inveterada, do clã presidencial

15.10.21

A família da senadora Kátia Abreu, outrora fidelíssima escudeira de Dilma Rousseff, está cada vez mais próxima dos Bolsonaro. O filho de Kátia, o também senador Irajá Abreu, tornou-se amigo do primogênito do presidente, [Flávio Bolsonaro](#) – foi Irajá, aliás, o responsável por nomear um irmão da primeira-dama [Michelle Bolsonaro](#) para um cargo comissionado no Senado, com salário de quase 14 mil reais, em meados deste ano. As duas famílias – os Abreu e os Bolsonaro – se aproximaram com a ajudinha do onipresente advogado Willer Tomaz, camarada de Flávio e de mais um punhado de congressistas influentes.



*Divulgação*

*Irajá e Kátia Abreu:*

*alinhamento inesperado*





**RUYGOIABA**

## **Colunista em férias**

15.10.21

Ruy Goiaba ainda descansa do Brasil, mas logo estará de volta.